

1

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

2

3ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2019

3

Data: 24 de julho de 2019

4

Horário: 9h00

5

Local: Auditório de eventos do Prédio Sede, sito à Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277 - Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP

6

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

7

SEGMENTO ESTADO

8

Seica Ono DAEE

9

Daniel J. Lima EMAE

10

Richard Hiroshi CETESB

11

Laura Stela N. Perez SIMA

12

Katia Bastos e Josenei G. Cará Fundação Florestal

13

Joaldir R. Machado Secretaria de Desenvolvimento Regional

14

Ivan P. Paiva Casa Militar- Coord. Defesa Civil

15

Leticia Roberta A. Trombeta EMPLASA

16

Geraldo Gama IPT

17

Augusto Olavo Leite Secretaria de Logística e Transportes

20

Paulo Sérgio de Almeida Leme Secretaria da Fazenda e Planejamento

21

SEGMENTO MUNICÍPIOS

32

Marcus V. de Almeida e Melo Mogi das Cruzes

33

Daniel Teixeira de Lima Mogi das Cruzes

34

Solange Wuo F. Ribeiro Salesópolis

35

Pedro Luiz de C. Algodual São Paulo

36

Jumara M. Bocatto Embu Guaçu

37

Marcelo Rodrigues da Motta Itapeçerica da Serra

38

Alvaro V. Vasconcelos Ribeirão Pires

39

p/ Bruna C. Arujá

40

Nilson C. Francisco Morato

41

Walter H. e Adolfo J. de Almeida Biritiba Mirim

42

Elaine A. Estevam Santana de Parnaíba

43

Miguel Reis Afonso Suzano

44

Murilo Valle Santo André

45

Fabio B. S. de Lima São Bernardo do Campo

46 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

| | | |
|----|-----------------------------|---------------------------------|
| 47 | Amauri Pollachi | APU – SABESP |
| 48 | Melissa P. Graciosa | UFABC |
| 49 | Jaqueline A. Fernandez | UNIFESP |
| 50 | José Roberto Terassi | ACISE |
| 51 | p/ Minori M. | Sindicato Rural Mogi das Cruzes |
| 52 | Cristiane Lima Cortez | FECOMERCIO |
| 53 | Hillmann Carlos Henrique A. | CIESP – Cotia |
| 54 | Ricardo Saad | CIESP São Paulo |
| 55 | Luciomar S. Werneck | ABES |
| 56 | Jorge Luiz Aguiar | SINTAEMA |
| 57 | José C. Sousa Lima | AEARP |
| 58 | Marcelo Sampaio | SINDPEDRAS |
| 59 | Samia N. Sulaiman | SIADES |
| 32 | Shindi Kiyota | UNIAGUA |

33 **INTEGRANTES CONVIDADOS**

| | | |
|----|--------------------------|---|
| 34 | Leandro Henrique F. Leme | Ministério Público do Estado de São Paulo |
|----|--------------------------|---|

35 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

| | | |
|----|--------------------------|------------------------------|
| 36 | Luiz Fernando Carneseca | DAEE |
| 37 | Lilian S. | SINDUSCON |
| 60 | Silene Bueno e Esmeralda | SENAC – Centro Universitário |
| 38 | Rodrigo Jorge Moraes | CIESP/OESTE |

1. Abertura. O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-CBH-AT, e Prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Vinícius de Almeida e Melo abriu a reunião constatando existência de quórum, agradecendo a presença de todos. **2. Leitura, discussão e votação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões Plenárias de 2019, respectivamente, realizadas em 14 e 29 de março de 2019.** As Atas foram aprovadas por unanimidade. **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.** Hélio César Suleiman, Diretor Presidente da FABHAT, comunicou que os expedientes enviados e

recebidos, como praxe, são disponibilizados no site SIGRH. Que a Coordenadoria-CRHi prorrogou a entrega do Relatório de Situação para o final de agosto. Que encaminhou ofício se colocando à disposição para contribuir com a Comissão multidisciplinar de estudos para despoluição do rio Pinheiros. Amauri Pollachi, Vice-Presidente do CBHAT (APU) comunicou que o segmento Sociedade civil organizada propõe como pauta prioritária para o Comitê: 1-Discussão do papel, atuação e o fortalecimento dos cinco Subcomitês; 2-Atuar no planejamento e gestão nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais-APRMs, discutindo inclusive possíveis alterações nas Leis Específicas e elaborar anteprojeto de Lei para criação da APRM Guaió, apoiando a implantação da compensação financeira aos municípios, avaliando a metodologia para a compatibilização dos Planos Diretores Municipais com as Leis Específicas, verificando e avaliando os resultados das metas da qualidade das águas com as políticas do uso e ocupação do solo e também discutir a viabilidade de implantação de áreas específicas para o atendimento regional nas áreas Guarapiranga e Billings; 3- Avaliar resultados da transposição provisória do braço do Rio Grande para o reservatório Taiaçupeba; 4- Disseminar conhecimento para Sociedade civil com realização de Oficinas de trabalhos sobre o Plano de bacia e da Cobrança pelo uso da água; 5- Oficina de trabalho para os projetos FEHIDRO; 6-Implementar o Plano da bacia fortalecendo papel político do CBH-AT; 7-Avaliar processos de análise dos grandes empreendimentos com maior participação do segmento; 8-Priorizar ações visando adaptações às mudanças climáticas em todas as ações do CBH-AT; 9-Fortalecer a atuação da Sociedade civil nas Câmaras Técnicas do Comitê e; 10- Acompanhar o processo de alteração na composição dos CBHs à semelhança da legislação Federal. **4. Assuntos a deliberar: 4.1 Aprova o parecer técnico sobre a compensação ambiental do Condomínio Residencial Mombaça, em Embu-Guaçu.** Josué Marcos Barranco (DAEE), Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação-CTPA, apresentou o tema, em síntese, praticamente seguiram o parecer da CETESB, com as recomendações que (i) A área de compensação seja identificada por meio de placas, também instaladas no local do empreendimento, contendo as responsabilidades de conservação e preservação da área de compensação ambiental pelo empreendedor, registro imobiliário, número da licença

ambiental e os termos de sua preservação, conforme a Lei nº 12.233/2006; (ii) o empreendimento seja dotado de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da água, e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema de abastecimento público; (iii) durante a implantação do empreendimento sejam adotadas e praticadas ações de Prevenção e Controle dos Processos Erosivos e transporte de sedimentos; (iv) sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres. Jumara Bocatto (P.M de Embu Guaçu) solicitou para também encaminharem à Prefeitura de Embu Guaçu a área averbada, porque possuem banco de terras. José Lima (AEARP- Ribeirão Pires) perguntou se a área oferecida pelo empreendedor não era em APP, Josué esclarece que, segundo laudo da CETESB, não. A Deliberação CBH-AT nº 73/2019 que aprova o Parecer Técnico sobre a compensação ambiental referente ao Condomínio Residencial Mombaça foi aprovada por 32 votos, não constando voto contrário ou abstenção. **4.2 Aprova o parecer técnico sobre o EIA/RIMA substituição tecnológica da Usina Termelétrica Piratininga.** Josué apresentou, esclareceu que o Subcomitê foi ouvido durante o processo e, que havia alterações no texto da Deliberação conforme sugerido pela EMAE, onde se lê Usina Termelétrica Piratininga leia-se a sigla UTE/SPSTP. Com as recomendações que 1-Sejam apresentados à CETESB e ao CBH-AT quando da solicitação da Licença de Instalação, os seguintes documentos: (i) As características dos efluentes a serem gerados pelos Blocos I e II; (ii) O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Canal Pinheiros/Jurubatuba, no ponto de lançamento dos efluentes e região sob sua influência; (iii) Os projetos básico e executivo da nova ETE a ser implantada em decorrência do empreendimento proposto; (iv) O Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil para o período de obras, com ênfase para a proteção dos corpos d'água. 2-Que as compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas preferencialmente à aplicação nas unidades de conservação situadas na APRM Billings e nas proximidades do Canal Pinheiros /Jurubatuba; 3-Visto que o uso racional da água, mediante eficiente programa de gestão da demanda, deve ser atividade permanente promovida pelos colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos

Hídricos, principalmente após a recente crise hídrica na Bacia do Alto Tietê, e à luz da Deliberação CBH-AT nº 17/2014, da Deliberação CRH nº 156/2013, da Resolução Conjunta SES/SMA/SSRH 01/2017 e da Norma ABNT NBR 15.527/2007, sugerimos que o empreendimento seja dotado de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da água, ao reuso de água e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema de abastecimento público; 4-Que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres; 5-Que durante a implantação seja adotado e praticado um Plano de Prevenção e Controle dos Processos Erosivos e transporte dos sedimentos resultantes desses processos. Em votação a Deliberação CBH-AT nº 74/2019 que aprova o parecer técnico foi aprovada por 32 votos, não constando votos contrários ou abstenções. **4.3 Aprova a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO em 2019.** Camila Arantes, Coordenadora GT Investimentos, apresentou, em síntese, os projetos habilitados para captar recursos no Comitê foram: 1-SEMAE - Mogi das Cruzes, Projeto de Coleta de dados de Controle de Perdas e Implantação de sistema de Automação, Telemetria e Telesupervisão do Sistema de Abastecimento de Água de Mogi das Cruzes, Incluindo Fornecimento de Materiais, e Integrando o sistema já existente; 2-CETESB, Avaliação das concentrações do novo poluente emergente Gadolínio em águas superficiais na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e seu uso como traçador conservativo; 3-SEMASA, Criação de Novos Setores de Medição com a Implantação de Válvulas Redutoras de Pressão visando redução de perdas e 4-SEMASA Remanejamentos de redes de abastecimento de água visando novas setorizações e redução de perdas no Município de Santo André; 5-SABESP Implantação de Coletor Tronco de Esgoto no Município de Ribeirão Pires para Exportação e Tratamento da ETE ABC; 6-Prefeitura de Mogi das Cruzes Implantação de Sistema de Informações Geográficas para o Monitoramento e Fiscalização Integrado da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais no Município de Mogi Das Cruzes. Consta errata na última coluna Art. 3º DT Lei 12.183/05 o Tomador SEMASA como ações de redução de perdas, leia-se Não e, Tomador SABESP, leia-se Sim. Esclareceu que outros 17 projetos que pleiteavam

recursos não foram habilitados, 6 por problemas de documentação, 8 por não enquadramento na ação prevista na Deliberação 64 e demais por outros motivos. Jumara disse que deveriam repensar uma nova forma de redirecionamento dos recursos de forma que sua maioria fosse destinado às áreas de proteção dos mananciais nas respectivas subbacias do Comitê. José Roberto Terassi (ACISE) solicitou o registro para sua fala “Ao longo desses 25 anos esse dinheiro do FEHIDRO vem sendo desviado para outras finalidades, que isso fique muito bem registrado, porque, felizmente, a maioria dos projetos apresentados não foram habilitados, mas assim mesmo esses projetos que estão agora em condições de serem aprovados o único projeto que nossa entidade reconhece como legítimo para aprovação e é exatamente o da Prefeitura de Mogi das Cruzes, porque as áreas de mananciais estão nos municípios e para essa finalidade foi que criamos a cobrança pelo uso da água, lutamos muito para isso e hoje continuamos assistindo o desvio do dinheiro dessa finalidade, [...]Dizer mais, participamos da fiscalização integrada pelos municípios, que foi tantas vezes citado aqui, e essa fiscalização integrada não tem recursos, viaturas, homens, os da polícia ambiental não tem nenhuma condição de sair para fiscalizar, ou seja as invasões são uma Ferrari, ocorrendo naquela velocidade, e um fusquinha correndo atrás tentando coibir essa situação, fica muito claro para todos nós. Mais uma vez queria deixar muito claro que é um desvio de finalidade de recursos e se fizermos uma auditoria nesses 25 anos de FEHIDRO, podem estar certos de que vamos ver coisas gravíssimas.” José Lima reforçou a fala de Terassi considerando que o dinheiro estava sendo desviado de sua finalidade “[...] infelizmente, os representantes da Prefeitura de Ribeirão Pires nesse Comitê são omissos porque o dinheiro da Lei nunca foi destinado ou nunca foi requisitado pela Prefeitura, e que tipo de coisa é essa? Com o dinheiro disponível até para Secretaria de Educação colocar a mão e a nossa Prefeitura se omite, enquanto membro da sociedade civil do Conselho de meio ambiente não podemos aceitar isso”. Murilo Valle (P.M de Santo André) disse “com relação ao melhor uso dos recursos, e da Câmara técnica que faço parte, inclusive para os próximos Editais com uma visão mais para as necessidades em relação a outras necessidades, mas de qualquer forma hoje existe uma Lei, que não está sendo contrariada, por mais que a Lei não nos agrade precisa ser cumprida e

precisamos fazer. Coloco como desafio para o Comitê, mudar a legislação do Pagamento pelos serviços ambientais pelo uso da água para os municípios que estão na bacia, sobretudo os produtores de água, com linha de fomento especial, exclusiva, sem necessidade de projetos, especificamente para a proteção desse patrimônio ambiental, e até faço parte do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, com os 7 municípios, estamos unidos com essa sugestão, porque realmente temos dificuldade para a contenção de invasões e do lançamento dos esgotos irregulares e ao mesmo tempo dificuldade para obter recursos para essas ações e, porque a SEMASA, SABESP, qualquer empresa, está captando água que nós fiscalizamos, então precisa ter essa reciprocidade econômica específica, então temos esse desafio para contemplar esse tipo de demandas permitindo inclusive em ações com os Subcomitês com ações mais integradas, então coloco essa demanda dos sete municípios.” Solange Wuo (P.M de Salesópolis) reconheceu que o Comitê evoluiu na metodologia de análise, hierarquização e a pontuação dos projetos, e que, certamente há dificuldades “mas ainda faltam análises com indicadores diretamente relacionados com o Plano de bacia, e apesar da carência em Educação Ambiental não recebemos nenhum projeto, então estamos inclusive dispostos a contribuir para o aperfeiçoamento de análise dos projetos.” Camila disse que os projetos indicados obedeceram às regras previstas, não havia nenhuma restrição legal e, que todos os temas levantados pelos membros do colegiados também foram temas de debate da CTGI, assim, poderiam repensar as análises inclusive através de ferramentas e métodos, disse também que o auxílio das demais Câmaras Técnicas seria bem-vindo. Laura Stela (SIMA) deixou claro que não houve falhas na análise dos empreendimentos, “os critérios todos estão sendo cumpridos rigorosamente.” O Vice-presidente solicitou para os projetos de número 1, 3 e 4 receberem recursos pela compensação financeira FEHIDRO, e os projetos 2, 5 e 6 recursos da cobrança pelo uso da água, o Presidente colocou em votação e foi aprovado por 29 votos, 1 contrário e 4 abstenções; na sequência a Deliberação CBH-AT nº 75/2019 que aprova a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO em 2019 foi aprovada por 31 votos, 2 contrários e 1 abstenção. **4.4 Aprova os critérios para análise e hierarquização de empreendimentos, em 2ª chamada, para financiamento com recursos do FEHIDRO em 2019.** O Presidente disse “vamos aprovar novos critérios para análise dos

empreendimentos para a segunda chamada ainda em 2019. Até podemos discordar desses critérios, mas já foram apresentados e discutidos, se formos alterar devemos dialogar e discutir, essas sugestões, do ponto de vista prático como disse a Solange que está em área de mananciais, no que esses recursos podem auxiliar para as represas aqui no Alto Tietê, e das subbacias, podem contribuir para esse problema, vale então a reflexão, Camila, já conversei com o Amauri, se há mecanismos para restituir diretamente aos municípios, que já são penalizados, na verdade, as empresas e aquelas que são privatizadas nos municípios, as autarquias, acaba não voltando o dinheiro direto, para voltar para Salesópolis e essas regiões, tendo compensação para fazer a preservação. Devemos fazer essas alterações, entendo por consenso, sou favorável para criar um Grupo de trabalho para discutir, repensar e sobretudo desburocratizar, porque temos que colocar as ações para serem implementadas, se não acabamos perdendo essa guerra. Volto a falar, não é o momento para rediscutir, vamos repensar para o próximo pleito.” Terassi concordou com a criação do Grupo de trabalho para pensarem em novos mecanismos com o objetivo real de proteger os mananciais. Disse também que em seus 25 anos de representação no Comitê sempre se deparou com o argumento da pressa “é essa velocidade que gasta mal o dinheiro público, e hoje as cidades precisam garantir com a fiscalização integrada, até para fazer a placa de que está em área de proteção de mananciais, estou falando de uma coisa simples, e não tem dinheiro, a Prefeitura não tem dinheiro [...] Encaminhamento, vamos guardar o dinheiro e gastar bem para o próximo ano.” José Lima encaminhou proposta que o Grupo priorizasse ações para a Fiscalização integrada. O Presidente disse que na verdade o Grupo já existia, “Entendo que é válida essa questão até porque temos dificuldades de preservar a região como um todo, e vemos cada vez mais as ocupações irregulares como grande desafio para os municípios, [...] por isso falamos de criar critérios para os municípios buscarem esses recursos dentro das prioridades do Comitê.” Melissa Cristina (UFABC) disse que haveria possibilidade dos membros das Câmaras Técnicas, através de suas instituições representativas, auxiliar no Termo de Referência para elaboração dos projetos, focado nas ações do Plano de Bacia, principalmente dando suporte aos municípios que tem menor corpo técnico a fim de viabilizarem a captação de recursos e, citou o exemplo da subbacia Billings-Tamanduateí com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que

formulou cooperativamente projetos para municípios da região, e que estão em andamento. Camila esclareceu que foram mantidas a pontuação e as ações, conforme Quadro I da Deliberação- Ações relacionadas no PBHAT passíveis de investimento no item I do artigo 1º. Ficou estabelecido o calendário FEHIDRO 2019 para apresentação de propostas: Protocolo das propostas pelos tomadores até 15/08, Divulgação das propostas não habilitadas por não atendimento dos pré-requisitos até 16/08, Julgamento dos recursos, avaliação técnica; complementações; pontuação; e hierarquização de 19/08 a 11/09, Divulgação da hierarquização dos empreendimentos até 13/09 e reunião Plenária no Comitê para deliberar sobre a indicação dos empreendimentos a serem financiados até 30/09/2019. José Lima solicitou prorrogação de prazo, com pelo menos um mês a mais. O Vice-presidente disse que realmente o FEHIDRO tem dificuldades pela sua própria mecânica de atuação, como também na dinâmica do processo, de forma geral, necessitavam melhorar o processo, mas para o momento também precisavam apresentar propostas de projetos alinhadas com o Plano de bacia, disse “foi muito falado a questão da fiscalização integrada, isso exige uma preocupação para um projeto, que há muito tempo está parado, projeto integrado de fiscalização para toda área de mananciais, não adianta fazer localizado, e faço convite para Laura, e demais, para articular com a Secretaria juntamente com os municípios em área de mananciais identificando as demandas dos municípios, e a FABHAT pode ser a Tomadora sendo a execução pelo próprio Comitê, acompanhando o trabalho, mas exige articulação institucional com os 22 municípios envolvidos. Isso é prioridade, houve planejamento, mas nada acabou saindo como execução, essa é uma pauta relevante para o Comitê levar adiante, então agora temos que dar continuidade no processo como está, mas temos que pensar daqui para frente.” Laura disse que precisavam de agilidade para a análise dos projetos e a consequente utilização dos recursos em segunda chamada de projetos, e, “no mérito da Deliberação, tem a ação da fiscalização integrada restringido a aquisição da imagem por satélite, se continuar assim não faremos fiscalização nunca. Eu até na Câmara propus essa alteração” sugerindo retirada do item imagens aéreas para a fiscalização. O Presidente colocou em votação, sem o destaque sobre a fiscalização integrada por imagem de satélite, a Deliberação CBH-AT nº 76/2019 que aprova critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para indicação ao FEHIDRO em

2019, em segunda chamada. Foi aprovada por 25 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções. **4.5 Aprova a inclusão da entidade Sociedade de Amigos do Bairro do Bonfim para compor o Cadastro Permanente e Subcomitê Billings Tamanduateí.** Deliberação CBH-AT nº 76/2019 aprovada por unanimidade.

Finalizando a reunião, pelo **item Informes e Outro assuntos, Criação de Grupo de Trabalho para discutir a atuação dos Subcomitês;** foi criado o Grupo de Trabalho para discutir o papel e a atuação dos Subcomitês, com a primeira reunião agendada para o dia 07 de agosto às 09:h00, na FABHAT. O Presidente solicitou para todos interessados entrar em contato com a FABHAT. **Recomposição do Grupo de Trabalho Plano da Bacia;** foi definido que os interessados devem encaminhar e-mail para o endereço eletrônico comiteat@sp.gov.br e para a FABHAT ficou a incumbência de convidar todos para a reunião. **Sobre a alteração na composição da CTMH,** o Presidente solicitou encaminhar a pauta para a próxima reunião. O Vice-presidente esclareceu que os trabalhos sobre a Lei Específica do Guaió estão com o GT Mananciais, e um dos temas em pauta é uma proposta de construção da alça de acesso do Rodoanel, na ligação Suzano-Poá, mas o quadro atual é de indefinição, porém o tema afeta a preservação reduzindo a capacidade de reservação do manancial. O Presidente solicitou aguardarem até a próxima reunião para terem uma resposta mais concreta sobre a definição da citada alça de acesso. Cristiane Lima Cortez (FECOMÉRCIO) sugeriu a criação de calendário anual para as reuniões do Comitê, o Presidente concordou e, na finalização da reunião disse “temos muito o que fazer, o objetivo do recurso é para a preservação dos mananciais e dinheiro parado não é bom para ninguém. Precisa ser bem investido e aplicado, para a fiscalização integrada, como foi falado, que não existe de maneira geral porque as leis ambientais no Brasil estão no papel há muito tempo, mas na prática são inócuas e vemos o crescimento descontrolado acontecendo e até mais na Grande São Paulo, sobretudo devemos desburocratizar o processo para acesso a esses recursos e talvez até a Universidade possa criar projetos que se tornem padrão para os municípios poderem retirar esses recursos, que possam atender a todos, porque é muito difícil as prefeituras terem os técnicos, algumas têm e outras não, então que possam criar requisitos e possam simplesmente preencher os requisitos para o dinheiro ser investido em seu objetivo principal nessas ações para a preservação.” Tendo sido cumprida a

pauta e não havendo mais assuntos agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Esta Ata é resumo dos registros da Ata completa contendo o inteiro teor desta reunião e foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT.

Marcus Vinícius de Almeida e Melo
Presidente do CBH-AT

Luiz Fernando Carneseca
Secretário Executivo do CBH-AT